

AMOSTRA DA OBRA

www.editoraferreira.com.br

O sumário aqui apresentado é reprodução
fiel do livro Português CESPE/UnB



Henrique Nuno

Português

CESPE/UnB

questões comentadas



Ferreira

Nota sobre o autor

Henrique Nuno da Silva Fernandes é formado em Jornalismo e Letras, pós-graduado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Atua também na preparação de candidatos para concursos públicos e vestibulares.

Sumário

Nota	V
Coesão e coerência	1
Interpretação e tipologia textual	49
Semântica	182
Classes de palavras	219
Verbo	228
Pronome	244
Regência	256
Crase	265
Concordância	278
Pontuação	301
Análise Sintática	336
Acentuação	354
Correção gramatical	359
Reescritura de frases	391
Miscelânea de questões	404
Conjunções e Orações	423
Redação Oficial	451

1. Os magistrados não governam. O que eles fazem é evitar o desgoverno, quando
2. para tanto são provocados. Não mandam propriamente na massa dos governados e
3. administrados, mas impedem os eventuais desmandos dos que têm esse originário
4. poder. Não controlam permanentemente e de forma imediatista a população, mas têm a
5. força de controlar os controladores, em processo aberto para esse fim.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito.
Internet: <www.osconstitucionalistas.com.br> (com adaptações)

Com base nos sentidos e nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) O termo “esse fim” (ℓ.5) retoma o antecedente “controlar os controladores” (ℓ.5).

Item certo – Como podemos observar no texto, o termo “esse fim” retoma o antecedente “controlar os controladores”: “Não controlam permanentemente e de forma imediatista a população, mas têm a força de controlar os controladores, em processo aberto para esse fim = para controlar os controladores”.

1. O povo a que remete a ideia de soberania popular constitui uma unidade, e não, a
2. soma de indivíduos. Jurídica e constitucionalmente, a representação “representa” o povo
3. (e não, todos os indivíduos). Além disso, não há propriamente mandato, pois a função do
4. representante se dá nos limites constitucionais e não se determina por instruções ou
5. cláusulas estabelecidas entre ele (ou o conjunto de representantes) e o eleitorado.

(Eneida Desiree Salgado. *Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral*. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
Internet: <http://dspace.c3sl.ufpr.br> com adaptações)

Julgue o próximo item, referente à estrutura e à tipologia do texto em apreço.

02. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) O pronome “ele” (ℓ.5) tem como referente o nome “representante” (ℓ.4).

Item certo – O pronome “ele” tem como referente o nome “representante”, como podemos observar no texto: “Além disso, não há propriamente mandato, pois a função do *representante* se dá nos limites constitucionais e não se determina por instruções ou cláusulas estabelecidas entre ele {= o representante} (ou o conjunto de representantes) e o eleitorado.”

1. Sempre se soube que um dos principais entraves ao crescimento do Brasil é o gargalo educacional. Novas pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais grave do que se supunha. A mais recente, elaborada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que 38% dos estudantes do ensino superior no país simplesmente “não dominam habilidades básicas de leitura e escrita”.
6. O Indicador de Analfabetismo Funcional, que resulta desse trabalho, não mede capacidades complexas. Ele é obtido a partir de perguntas relacionadas ao cotidiano dos estudantes, como o cálculo do desconto em uma compra ou o trajeto de um ônibus.

(Editorial, *O Estado de S. Paulo*, 19/7/2012 – com adaptações)

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

03. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) A expressão “desse trabalho” (ℓ.6) é um recurso de coesão que retoma a informação anterior: “Indicador de Analfabetismo Funcional” (ℓ.6).

Item errado – A expressão “desse trabalho” retoma “A mais recente {pesquisa}”, como podemos verificar no texto: Sempre se soube que um dos principais entraves ao crescimento do Brasil é o gargalo educacional. Novas pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais grave do que se supunha. A mais recente (= A mais recente pesquisa), elaborada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que 38% dos estudantes do ensino superior no país simplesmente “não dominam habilidades básicas de leitura e escrita”.

04. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) Em “A mais recente” (ℓ.3), ocorre elipse da palavra “pesquisa”, que pode ser subentendida a partir do antecedente “pesquisas” (ℓ.2).

Item certo – Em “A mais recente” verifica-se a omissão da palavra “pesquisa”, recuperada a partir do antecedente “pesquisas”. Observemos: Novas pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais grave do que se supunha. A mais recente (= A mais recente pesquisa), elaborada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que 38% dos estudantes do ensino superior no país simplesmente “não dominam habilidades básicas de leitura e escrita”.

1. Os 68.544 vereadores que serão eleitos, em 7 de outubro, por 138.242.323 eleitores, nos mais de 5.500 municípios brasileiros, terão a tarefa de fiscalizar as prefeituras, além de criar e modificar leis restritas às cidades. É tarefa deles acompanhar como o dinheiro público é aplicado e criar ou alterar o plano diretor de ocupação urbana de sua comuna.

(Editorial, *Estado de Minas*, 19/7/2012 – com adaptações)

1. As mulheres sabem que a participação democrática é o principal meio de defesa de seus interesses e de conquista de representação política, tal como a implantação do sistema de quotas para aumentar o número de representantes eleitas. O número reduzido de mulheres que ocupam cargos públicos – atualmente, uma média mundial de 19% nas assembleias nacionais – constitui um déficit a corrigir. A participação das mulheres em todos os níveis do governo democrático – local, nacional e regional – diversifica a natureza das assembleias democráticas e permite que o processo de tomada de decisões responda a necessidades dos cidadãos não atendidas no passado.

(Internet: <<http://www.unric.org/pt/>> – com adaptações)

Com base nas ideias do texto, é correto afirmar que:

01. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) A participação feminina nas assembleias nacionais deveria ser maior.

Item certo – De acordo com o texto, a participação feminina nas assembleias nacionais deveria ser maior: “O número reduzido de mulheres que ocupam cargos públicos – atualmente, uma média mundial de 19% nas assembleias nacionais – constitui um déficit a corrigir.”

02. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) As “necessidades dos cidadãos não atendidas no passado” (ℓ.8) restringem-se ao universo feminino.

Item errado – Não se pode inferir do texto que as “necessidades dos cidadãos não atendidas no passado” restringem-se ao universo feminino. O que se pode deduzir, isto sim, é que as mulheres fazem parte do grupo de cidadãos cujas necessidades não foram atendidas no passado.

03. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) Os problemas relativos ao não atendimento das necessidades dos cidadãos já teriam sido sanados se as mulheres sempre houvessem ocupado cargos públicos.

Item errado – O que se infere do texto é que os problemas relativos ao não atendimento das necessidades dos cidadãos já teriam sido sanados se as mulheres sempre tivessem participado em todos os níveis do governo democrático – local, nacional e regional, e não se sempre houvessem ocupado cargos públicos.

04. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) O sistema de governo democrático favorece o atendimento das necessidades da população feminina.

Item certo – A afirmação de que o sistema de governo democrático favorece o atendimento das necessidades da população feminina está comprovada no texto: “As mulheres sabem que a participação democrática é o principal meio de defesa de seus interesses e de conquista de representação política, (...)”.

1. A Constituição é alicerce de toda a nossa ordem jurídica. É diploma inaugural do
2. nosso direito positivo. A Constituição é a primeira e a mais importante voz do direito aos
3. ouvidos do povo. Constitui, a um só tempo, caráter estruturante do Estado e da própria
4. sociedade. É certidão de nascimento e carteira de identidade do Estado, projeto de vida
5. global da sociedade. Esse diploma jurídico de nome Constituição provém diretamente da
6. nação brasileira, única instância de poder que é anterior, exterior e superior ao próprio
7. Estado. É por isso que, pela sua filha unigênita que é a Constituição mesma, a nação
8. governa permanentemente quem governa transitoriamente. E o faz do modo mais
9. intrinsecamente meritório; do modo mais cristalinamente legítimo, pois o fato é que a
10. menina dos olhos da nossa Constituição é a democracia. Democracia que nos confere o
11. status de país juridicamente civilizado. Nossa Constituição é primeiro-mundista, pois os
12. focos estruturais de fragilidade do país não estão em nosso arcabouço normativo, mas
13. no abismo que se rasga entre a excelência da Constituição de 1988 e sua concreta
14. incidência sobre a nossa realidade socioeconômica e política. Democracia, enfim, que se
15. enlaça tão intimamente à liberdade de imprensa que romper esse cordão umbilical é
16. matar as duas: a imprensa e a democracia. Com efeito, o mais refinado toque de
17. sapiência política da nossa última Assembleia Nacional Constituinte foi erigir a
18. democracia como sua principal ideia-força.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:<www.osconstitucionalistas.com.br> – com adaptações)

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue o item que se segue.

05. (Técnico/TJ/RR/2012) O emprego do pronome possessivo “nossa/nosso” (ℓ.10, 11, 12, 14) consiste em recurso discursivo que, entre outras finalidades, busca incluir e envolver o leitor/ouvinte no texto.

Item certo – O uso do ponto de vista na primeira pessoa do plural (= “nossa/nosso”) confere ao texto mais interatividade com o leitor, pois tem como efeito incluí-lo como pessoa que compartilha das mesmas ideias expostas no texto.

1. A dependência do mundo virtual é inevitável, pois grande parte das tarefas do nosso
2. dia a dia são transferidas para a rede mundial de computadores. A vivência nesse
3. mundo tem consequências jurídicas e econômicas, assim como ocorre no mundo físico.
4. Uma das questões suscitadas pelo uso da Internet diz respeito justamente aos efeitos
5. dessa transposição de fatos do mundo real para o mundo virtual, sobretudo no que se
6. refere à sua interpretação jurídica. Como exemplos de situações problemáticas, podemos
7. citar a aplicação das normas comerciais e de consumo nas transações realizadas pela
8. Internet, o recebimento indesejado de mensagens por email (spam), a validade jurídica
9. do documento eletrônico, o conflito de marcas com os nomes de domínio, a propriedade
10. intelectual e industrial, a privacidade, a responsabilidade dos provedores de acesso, de
11. conteúdo e de terceiros na Web bem como os crimes de informática.

(Renato M. S. Opice Blum. Internet: <www.ibpbrasil.com.br> – com adaptações)

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

06. (Técnico/TJ/RR/2012) Infere-se das informações do texto que no mundo virtual os problemas jurídicos e econômicos potenciais têm equivalência aos problemas do mundo físico.

Item certo – O autor do texto afirma que a “vivência nesse mundo (nesse mundo = no mundo virtual) tem consequências jurídicas e econômicas, assim como ocorre no mundo físico”. Assim, podemos inferir que no mundo virtual os problemas jurídicos e econômicos potenciais têm equivalência aos problemas do mundo físico. Observemos que a expressão “assim como” significa “bem como”, “da mesma maneira que”, “do mesmo modo que”.

07. (Técnico/TJ/RR/2012) O emprego da forma verbal “podemos” (ℓ.6), no plural, evidencia que o texto foi escrito por mais de um autor.

Item errado – A utilização da primeira pessoa do plural (= podemos) justifica-se por tornar o texto mais interativo e incluir o leitor como participante das afirmações do texto. Com isso, o autor tem em vista a adesão do leitor a seu ponto de vista.

Semântica

Mais que impor respeito, o Judiciário tem que se impor o respeito.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito.
Internet:<www.osconstitucionalistas.com.br> com adaptações)

Com base nos sentidos e nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) As expressões “impor respeito” e “se impor o respeito” estão sendo empregadas com significado equivalente, ou seja, são sinônimas.

Item errado – As expressões “impor respeito” e “se impor o respeito” estão sendo empregadas com significado diferente: a primeira significa “impor respeito aos outros”; a segunda, “a si mesmo”.

1. O povo a que remete a ideia de soberania popular constitui uma unidade, e não, a soma de indivíduos. Jurídica e constitucionalmente, a representação “representa” o povo (e não, todos os indivíduos).

(Eneida Desiree Salgado. *Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral*. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
Internet:<http://dspace.c3sl.ufpr.br> com adaptações)

De acordo com as informações presentes no texto,

02. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) A expressão “de indivíduos” (ℓ.2) poderia ser substituída por “individual” sem que houvesse alteração do sentido textual.

Item errado – A substituição da expressão “de indivíduos” por “individual” alteraria as relações do sentido textual. A locução adjetiva “de indivíduos” significa “dos cidadãos”, “relativa ao indivíduos”, já “individual”, no contexto, possuiria o sentido de “particular”, “especial”.

1. São considerados inelegíveis os enquadrados nas restrições impostas pelas
2. Leis Complementares n.º 64/1990 (Lei das Inelegibilidades) e n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), que consideram inaptos a exercer cargo público os candidatos condenados em
4. decisão transitada em julgado (sem possibilidade de recurso) pelos crimes contra a
5. economia popular, a fé e a administração pública; de lavagem de dinheiro e ocultação de
6. bens; de tráfico de entorpecentes, racismo, tortura e terrorismo; além de compra de
7. votos e abuso do poder econômico, entre outros.

(Editorial, Estado de Minas, 19/7/2012 – com adaptações)

Com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

03. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) Mantém-se a informação original do texto ao se substituir a palavra “inaptos” (ℓ.3) por “não habilitados”.

Item certo – O termo “inaptos” é sinônimo contextual de “não habilitados”.

1. Para analistas políticos, a função dos vereadores está desvirtuada por serem eles, em
2. muitos casos, cooptados pelo Poder Executivo por meio da distribuição de cargos na
3. administração. Como a cultura política do eleitorado é fraca, o trabalho dos vereadores é
4. pouco acompanhado e, com isso, a função das câmaras municipais vem sendo
5. gradativamente esvaziada.
6. O problema se agudiza pela própria displicência dos eleitores, pois, passados dois
7. meses do pleito, muitos não lembram em quem votaram, o que facilita o surgimento de
8. uma cadeia de falta de compromisso com o município, o estado e o país. O grau de
9. politização da população é muito baixo, muita gente vota por obrigação, e a descrença
10. no Poder Legislativo é geral.

(Editorial, Estado de Minas, 19/7/2012 – com adaptações)

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

04. (Técnico Judiciário/Área: Apoio Especializado/Especialidade: Programação de Sistemas/TRE/RJ/2012) Se a expressão “cooptados pelo” (ℓ.2) fosse substituída por “atraídos para os objetivos do”, a correção gramatical e o sentido do texto não seriam prejudicados.

Item certo – O significado contextual de “cooptados pelo” é “atraídos para os objetivos do”. Observemos a substituição sugerida: *Para analistas políticos, a função dos vereadores está desvirtuada por serem eles, em muitos casos, atraídos para os objetivos do Poder Executivo por meio da distribuição de cargos na administração.*

Verbo

1. Em novembro de 2003, o presidente da República assinou o Decreto n.º 4.877, que
2. estabelece, em seu artigo 2.º: “Consideram-se remanescentes das comunidades
3. dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios
4. de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais
5. específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à
6. opressão histórica sofrida.”

(O Estado de S.Paulo, 29/11/2010 – com adaptações)

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item a seguir.

09. (Técnico Judiciário/TRE/ES/2011) Prejudica-se a correção gramatical do período ao se substituir ‘Consideram-se’ (ℓ.2) por “São considerados”.

Item errado – A substituição de “Consideram-se” por “São considerados” não prejudicaria a correção gramatical do período. Na oração “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos”, o verbo está na voz passiva sintética (= verbo transitivo direto + o pronome apassivador “se”) – o verbo concorda com o sujeito paciente “remanescentes das comunidades dos quilombos”; em “São considerados remanescentes das comunidades dos quilombos”, o verbo ficaria na voz passiva analítica (= verbo “ser” + participípio); aqui o verbo concorda também com o sujeito paciente “remanescentes das comunidades dos quilombos”, portanto a correção gramatical seria mantida.

1. No lugar de alta carga tributária e estrutura de impostos inadequada, o país deve
2. priorizar investimentos que expandam a produção e contribuam simultaneamente para o
3. aumento de produtividade, como é o caso dos gastos com educação. É dessa forma que
4. são criadas boas oportunidades de trabalho, geradoras de renda, de maneira
5. sustentável.

(O Globo, Editorial, 12/7/2010 – com adaptações)

Com relação às ideias e aspectos linguísticos do texto, julgue o item seguinte.

10. (Técnico-Administrativo/MPU/2010) As formas verbais “expandam” (ℓ.2) e “contribuam” (ℓ.2) foram empregadas no modo subjuntivo porque estão inseridas em segmento de texto que trata de fatos incertos, prováveis ou hipotéticos.

Item certo – Em “o país deve priorizar investimentos que expandam a produção e contribuam simultaneamente para o aumento de produtividade, como é o caso dos gastos com educação”, o emprego do subjuntivo justifica-se pelo sentido hipotético expresso nas orações em que as formas verbais se inserem, ou seja, as ações de “expandir” e de “contribuir” não são um fato certo – podem, ou não, se realizar.

1. Considero que, embora a formação de novos sujeitos sociais e políticos e de arenas de
2. participação da sociedade na formulação e gestão das públicas traga as marcas de
3. nossa trajetória histórica, constitui, ao mesmo tempo, possibilidade aberta para outra
4. equação entre universalismo e particularismo na sociedade brasileira.

(Jeni Vaitsman. *Desigualdades sociais e particularismos na sociedade brasileira*. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n.º 18 (Suplemento), p. 38 – com adaptações)

Julgue o seguinte item, a respeito dos sentidos e da organização do texto acima.

11. (Analista Administrativo/MPU/2010) Na linha 2, é obrigatório o uso do verbo “trazer” no modo subjuntivo – “traga” – porque essa forma verbal integra uma oração iniciada pelo vocábulo “embora” (ℓ.1).

Item certo – As conjunções concessivas exigem o verbo no subjuntivo: “*embora* a formação de novos sujeitos sociais e políticos e de arenas de participação da sociedade na formulação e gestão das públicas *traga* as marcas de nossa trajetória histórica (...)”.

1. Escutai; a anedota é curta.
2. O administrador da repartição em que Pádua trabalhava teve de ir ao Norte, em
3. comissão. Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou
4. substituindo o administrador com os respectivos honorários. Esta mudança de fortuna
5. trouxe-lhe certa vertigem; era antes dos dez contos. Não se contentou de reformar a
6. roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa
7. matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz. Viveu assim vinte e
8. dois meses na suposição de uma eterna interinidade. Uma tarde entrou em nossa casa,
9. aflito e desvairado, ia perder o lugar, porque chegara o efetivo naquela manhã. (...)

(Machado de Assis. *Dom Casmurro*, cap. XVI – com adaptações)

Com relação à interpretação do texto e à significação das palavras nele empregadas, julgue os seguintes itens.

12. (Assistente Técnico-Administrativo/Nível Médio/Ministério da Integração Nacional/2009) A forma verbal “Escutai” (ℓ.1) está flexionada no modo subjuntivo e indica a incerteza do falante a respeito do que está dizendo.

Item errado – A forma verbal “Escutai” está flexionada no modo imperativo e tem o objetivo de estabelecer uma interação com o leitor, ou seja, o autor cria uma intimidade com seu leitor, fazendo com que ambos, autor e leitor, compartilhem o mesmo pensamento.

13. (Assistente Técnico-Administrativo/Nível Médio/Ministério da Integração Nacional/2009) O verbo empregado em “chegara o efetivo” (ℓ.9) pode ser substituído pela locução verbal tinha chegado, sem prejuízo para a interpretação do texto.

Item certo – A forma verbal “chegara” poderia ser substituída por “tinha chegado”, visto que o mais-que-perfeito composto é formado pelo imperfeito de “ter” ou “haver” mais o particípio: Ele chegara = Ele tinha (ou havia) chegado.

Pronome

1. Os magistrados não governam. O que eles fazem é evitar o desgoverno, quando
2. para tanto são provocados. Não mandam propriamente na massa dos governados e
3. administrados, mas impedem os eventuais desmandos dos que têm esse originário
4. poder.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:<www.osconstitucionalistas.com.br> com adaptações)

Com base nos sentidos e nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) Caso se substituísse “dos” (ℓ.3) por “daqueles”, haveria prejuízo para as informações originais do texto.

Item errado – Caso se substituísse “dos” por “daqueles”, não haveria prejuízo para as informações originais do texto, uma vez que os dois termos são sinônimos: são formados pela contração da preposição “de” com o pronome demonstrativo “os” (= “aqueles”).

1. Mesmo assim, 38% dos pesquisados não atingiram o nível considerado “pleno” de
2. alfabetização, isto é, não conseguem entender o que leem nem fazer associações com as
3. informações que recebem.

(Editorial, *O Estado de S.Paulo*, 19/7/2012 – com adaptações)

Julgue o item que se segue, relativo às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

02. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir “o” em “o que leem” (ℓ.2) por “aquilo”.

Item certo – O pronome demonstrativo “o” é equivalente a “aquilo”: não conseguem entender o que leem = não conseguem entender aquilo que leem.

Regência

1. O Brasil era o país do futebol. Hoje, é o país dos bancos de primeira linha. Temos um sistema financeiro do qual devemos ter orgulho”, disse o vice-presidente executivo da FEBRABAN.

(Internet: <veja.abril.com.br> – com adaptações)

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

03. (Técnico Científico/Banco da Amazônia S.A./2012) Na linha 2, o emprego da preposição em ‘do qual’ é exigido pela presença da palavra ‘sistema’.

Item errado – A presença da preposição “de” em “do qual” decorre da regência do substantivo “orgulho”, que exige complemento nominal regido por essa preposição (quem tem orgulho, tem orgulho de algo; “do qual” > complemento nominal).

1. Reprimimos em nós desejos e fantasias que nos parecem ameaçar o convívio social.
2. Logo, frustrados, zelamos pela prisão daqueles que não se impõem as mesmas renúncias.

(Contardo Calligaris. *Terra de ninguém – 101 crônicas*. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 94-6 – com adaptações)

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item a seguir.

04. (Agente de Polícia Federal/DPF/2012) Na linha 2, considerando-se a dupla regência do verbo impor e a presença do pronome “mesmas”, seria facultado o emprego do acento indicativo de crase na palavra “as” da expressão “as mesmas renúncias”.

Item errado – Na redação do item, “as mesmas renúncias” funciona como objeto direto da oração e “se impõem” funciona como objeto indireto. Com o emprego de crase, o verbo passaria a reger dois objetos indiretos: “impõem a si” e “impõem às mesmas renúncias”. Por isso, o item está errado.

Crase

1. Democracia, enfim, que se enlaça tão intimamente à liberdade de imprensa que romper esse cordão umbilical é matar as duas: a imprensa e a democracia.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:<www.osconstitucionalistas.com.br> – com adaptações)

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue o item que se segue.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) O acento grave indicativo de crase em “à liberdade” (ℓ.1) está corretamente empregado, visto que “intimamente” (ℓ.1) rege complemento com a preposição “a”, e a palavra “liberdade” é antecedida pelo artigo definido feminino no singular.

Item errado – No trecho “que se enlaça tão intimamente à liberdade de imprensa”, ocorre crase porque o verbo “enlaçar” exige preposição “a” e o substantivo “liberdade” admite o artigo “a”. Observemos a correlação de “liberdade” com palavra masculina qualquer: “que se enlaça tão intimamente à liberdade de imprensa” > “que se enlaça tão intimamente *ao* direito de imprensa”.

1. Terminou o prazo para eleitores que sabem de fatos que apontem para a
2. inelegibilidade de algum candidato às eleições de prefeito, vice-prefeito e vereadores
3. informarem a irregularidade ao juiz eleitoral de sua cidade.

(Editorial, *Estado de Minas*, 19/7/2012 > com adaptações)

Com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

02. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) O emprego do sinal indicativo de crase em “candidato às eleições” (ℓ.2) justifica-se porque a palavra “candidato” exige complemento regido pela preposição “a”, e a palavra “eleições” é antecedida por artigo definido feminino.

Item certo – Em “candidato às eleições”, o termo “candidato” rege a preposição “a” e o substantivo “eleições” está precedido do artigo “as”, por isso ocorre crase. Vejamos que, se trocarmos a palavra “eleições” por uma masculina, haverá a correlação “às” / “aos”: candidato às eleições > candidato *aos* votos.

1. Os 68.544 vereadores que serão eleitos, em 7 de outubro, por 138.242.323
2. eleitores, nos mais de 5.500 municípios brasileiros, terão a tarefa de fiscalizar as
3. prefeituras, além de criar e modificar leis restritas às cidades.

(Editorial, *Estado de Minas*, 19/7/2012 > com adaptações)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

03. (Técnico Judiciário/Área: Apoio Especializado/Especialidade: Programação de Sistemas/TRE/RJ/2012) O sinal indicativo de crase em “restritas às cidades” (ℓ.3) justifica-se porque a palavra “restritas” exige complemento regido pela preposição a e a palavra “cidades” vem antecedida por artigo definido feminino, no plural.

Item certo – O uso do sinal indicativo de crase em “restritas às cidades” deve-se à presença da preposição “a”, exigida pelo termo “restritivas” (restritivas a quê?), e ao artigo definido feminino “as” que antecede o vocábulo “cidades”. Vejamos a correlação “às” / “aos”: restritas às cidades / restritas aos municípios.

1. Muitos de novos riscos e incertezas nos afetam onde quer que vivamos, não importa quão
2. privilegiados ou carentes sejamos. Eles inextricavelmente ligados à globalização. A ciência
3. e a tecnologia tornaram-se elas próprias globalizadas.

(Anthony Giddens. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13-4 – com adaptações)

Julgue o próximo item, relativo às ideias do texto acima e às estruturas nele empregadas.

04. (Técnico Ministerial/MPE/PI/2012) O emprego do sinal indicativo de crase em “ligados à globalização” (ℓ.2) é facultativo, pois o termo “globalização” poderia ser empregado, nesse contexto, de forma indeterminada, indefinida e, conseqüentemente, sem o artigo definido.

Item certo – Em “ligados à globalização”, o adjetivo “ligados” rege a preposição “a”, e o substantivo “globalização” está precedido do “a”, por isso ocorre crase. O artigo, diante desse substantivo, determina-o. A supressão do artigo “a” – com isso, não haveria crase, pois estaria presente apenas a preposição “a” – indicaria que o substantivo estaria sendo usado em sentido generalizado, ou seja, de forma indeterminada.

1. Os magistrados não governam. O que eles fazem é evitar o desgoverno, quando
2. para tanto são provocados. Não mandam propriamente na massa dos governados e
3. administrados, mas impedem os eventuais desmandos dos que têm esse originário
4. poder.

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet: <www.osconstitucionalistas.com.br> com adaptações)

Com base nos sentidos e nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) A forma verbal “têm” em “têm esse originário poder” (ℓ.3-4) está empregada no plural porque faz parte de uma cadeia coesiva cujos elementos se referem a “magistrados” (ℓ.1).

Item errado – A forma verbal “têm” em “têm esse originário poder” está empregada no plural porque concorda com o pronome demonstrativo “os” (em “dos”): *dos que têm esse originário poder*.

1. Como exemplos de situações problemáticas, podemos citar a aplicação das normas
2. comerciais e de consumo nas transações realizadas pela Internet, o recebimento
3. indesejado de mensagens por email (spam), a validade jurídica do documento eletrônico, o
4. conflito de marcas com os nomes de domínio, a propriedade intelectual e industrial, a
5. privacidade, a responsabilidade dos provedores de acesso, de conteúdo e de terceiros na
6. Web bem como os crimes de informática.

(Renato M. S. *Opice Blum*. Internet: <www.ibpbrasil.com.br> – com adaptações)

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

02. (Técnico/TJ/RR/2012) Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do texto ao se substituir “podemos citar” (ℓ.1) por “podem ser citados”.

Item certo – A forma verbal “podemos citar”, voz ativa, está no plural visto que o sujeito é composto (O que podemos citar? > Resposta: a aplicação das normas comerciais e de consumo nas transações realizadas pela Internet, o recebimento indesejado de mensagens por email (spam), a validade jurídica do documento eletrônico, o conflito de marcas com os

nomes de domínio, a propriedade intelectual e industrial, a privacidade, a responsabilidade dos provedores de acesso, de conteúdo e de terceiros na Web bem como os crimes de informática = sujeito {núcleos: aplicação / recebimento / validade / conflito / propriedade / privacidade / responsabilidade / crimes}. Observemos agora a locução verbal “podemos citar” na voz passiva analítica: a aplicação das normas comerciais e de consumo nas transações realizadas pela Internet, o recebimento indesejado de mensagens por email (spam), a validade jurídica do documento eletrônico, o conflito de marcas com os nomes de domínio, a propriedade intelectual e industrial, a privacidade, a responsabilidade dos provedores de acesso, de conteúdo e de terceiros na Web bem como os crimes de informática podem ser citados por nós.

Observação: Como o sujeito composto está posposto ao verbo, a locução verbal também poderia concordar com o núcleo mais próximo: pode ser citada a aplicação (...).

1. **A participação das mulheres em todos os níveis do governo democrático – local, nacional e regional – diversifica a natureza das assembleias democráticas e permite que o processo de tomada de decisões responda a necessidades dos cidadãos não atendidas no passado.**

(Internet: <<http://www.unric.org/pt/>> com adaptações)

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos estruturais do texto.

03. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) Se a palavra “atendidas” (ℓ.3) fosse flexionada no masculino – *atendidos* –, estariam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto.

Item errado – Caso a palavra “atendidas” fosse flexionada no masculino – *atendidos* –, estaria mantida a correção gramatical, mas o sentido do texto seria alterado. No texto original, “atendidas” refere-se a “necessidades” (O que não foi atendido? – Resposta: as necessidades; “atendidos” teria como referência “cidadãos”. Observemos: “*responda a necessidades dos cidadãos não atendidas no passado*”. (O que não foi atendido? – Resposta: as necessidades [= necessidades não atendidas.] / “*responda a necessidades dos cidadãos não atendidos no passado*”. (O que não foi atendido? – Resposta: os cidadãos [= cidadãos não atendidos.]).

1. **A Constituição é alicerce de toda a nossa ordem jurídica. É diploma inaugural do**
2. **nosso direito positivo. A Constituição é a primeira e a mais importante voz do direito aos**
3. **ouvidos do povo. Constitui, a um só tempo, caráter estruturante do Estado e da própria**
4. **sociedade. É certidão de nascimento e carteira de identidade do Estado, projeto de vida**
5. **global da sociedade. Esse diploma jurídico de nome Constituição provém diretamente da**
6. **nação brasileira, única instância de poder que é anterior, exterior e superior ao próprio**
7. **Estado. É por isso que, pela sua filha unigênita que é a Constituição mesma, a nação**
8. **governa permanentemente quem governa transitoriamente.**

(Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:<www.osconstitucionalistas.com.br/> – com adaptações)

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

01. (Técnico/TJ/RR/2012) Emprega-se a vírgula imediatamente após o vocábulo “anterior” (ℓ.6) para separar elementos que exercem mesma função sintática em uma enumeração.

Item certo – No período “Esse diploma jurídico de nome Constituição provém diretamente da nação brasileira, única instância de poder que é anterior, exterior e superior ao próprio Estado.”, a vírgula imediatamente após o vocábulo “anterior” serve para separar elementos que exercem mesma função sintática em uma enumeração: os termos “anterior”, “exterior” (e “superior”) exercem a função sintática de núcleos do predicativo de sujeito. Observemos o desdobramento dos núcleos do predicativo do sujeito: *que é anterior ao próprio Estado / que é exterior ao próprio Estado / que é superior ao próprio Estado*.

02. (Técnico/TJ/RR/2012) O emprego de vírgulas na linha 3 justifica-se por isolar adjunto adverbial deslocado de sua posição padrão.

Item certo – A posição padrão do adjunto adverbial é no final da frase; quando esse adjunto fica no meio ou no início da oração (chama-se “deslocado” ou “antecipado”), separa-se por vírgulas. Observemos que na oração “Constitui, a um só tempo, caráter estruturante do Estado e da própria sociedade.”, o adjunto adverbial está deslocado, por isso

as vírgulas estão corretas. Lembremo-nos de que, quando o adjunto adverbial deslocado é de pequena extensão, as vírgulas que o isolam são facultativas. Assim, também estaria gramaticalmente correta a oração sem vírgulas: “*Constitui a um só tempo caráter estruturante do Estado e da própria sociedade.*”

1. Como exemplos de situações problemáticas, podemos citar a aplicação das normas comerciais e de consumo nas transações realizadas pela Internet, o recebimento
2. indesejado de mensagens por email (spam), a validade jurídica do documento eletrônico, o
3. conflito de marcas com os nomes de domínio, a propriedade intelectual e industrial, a
4. privacidade, a responsabilidade dos provedores de acesso, de conteúdo e de terceiros na
5. Web bem como os crimes de informática.

(Renato M. S. Opice Blum. Internet: <www.ibpbrasil.com.br> – com adaptações)

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

03. (Técnico/TJ/RR/2012) Emprega-se a vírgula logo após “(spam)” (ℓ.3) para isolar a expressão de natureza explicativa que se segue a esse termo.

Item errado – A vírgula logo após “(spam)” justifica-se por isolar elementos de uma enumeração.

1. A participação das mulheres em todos os níveis do governo democrático – local, nacional e
2. regional – diversifica a natureza das assembleias democráticas e permite que o processo
3. de tomada de decisões responda a necessidades dos cidadãos não atendidas no passado.

(Internet: <http://www.unric.org/pt/> com adaptações)

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos estruturais do texto.

04. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) A inserção de vírgula logo depois do termo “cidadãos” (ℓ.3) acarretaria prejuízo sintático e semântico ao texto.

Item certo – A oração adjetiva reduzida de participio “não atendidas no passado”, sem vírgula, é restritiva – está limitando o sentido de “necessidades dos cidadãos” –, ou seja, o processo de tomada de decisões responde *somente* a necessidades dos cidadãos que não foram atendidas no passado; há, portanto, outras necessidades, mas que já foram atendidas no passado. Agora, ao inserirmos uma vírgula depois de “cidadãos, a oração adjetiva passará a ser explicativa, e seu sentido será diferente: o processo de tomada de decisões responderá a *todas* as necessidades dos cidadãos, e deduziremos que nenhuma delas foi atendida no passado.

1. O povo a que remete a ideia de soberania popular constitui uma unidade,
2. e não, a soma de indivíduos. Jurídica e constitucionalmente, a representação
3. “representa” o povo (e não, todos os indivíduos). Além disso, não há propriamente
4. mandato, pois a função do representante se dá nos limites constitucionais e não se
5. determina por instruções ou cláusulas estabelecidas entre ele (ou o conjunto de
6. representantes) e o eleitorado.

(Eneida Desiree Salgado. *Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral*. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. Internet:<http://dspace.c3sl.ufpr.br> com adaptações)

Julgue o próximo item, referente à estrutura e à tipologia do texto em apreço.

01. (Analista Judiciário/TRE/RJ/2012) Os termos nominais “o povo” (ℓ.3) e “mandato” (ℓ.4) completam o sentido das formas verbais ‘representa’ (ℓ.3) e “há” (ℓ.3), respectivamente.

Item certo – Os termos nominais “o povo” e “mandato” completam o sentido das formas verbais ‘representa’ e “há”, respectivamente: exercem a função sintática de objeto direto. Observemos:

- *a representação “representa” o povo*: sujeito > a representação; núcleo do predicado > representa; objeto direto; o povo.
- *não há propriamente mandato*: adjuntos adverbiais: não / propriamente; sujeito: oração sem sujeito (ocorre *oração sem sujeito* com o verbo “haver” no sentido de “existir”); objeto direto: mandato.

1. Sempre se soube que um dos principais entraves ao crescimento do Brasil é o
2. gargalo educacional. Novas pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais
3. grave do que se supunha.

(Editorial, *O Estado de S. Paulo*, 19/7/2012 – com adaptações)

Julgue o item que se segue, relativo às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

02. (Técnico Judiciário/Área Administrativa/TRE/RJ/2012) Em “se soube” (ℓ.1) e em “se supunha” (ℓ.3), o termo “se” confere às formas verbais a noção de reflexividade.

Item errado – Em “se soube” e em “se supunha”, o termo “se” é pronome apassivador, e não pronome reflexivo: “se soube” e “se supunha” correspondem, respectivamente a “foi sabido” e “era suposto”. Note-mos que os verbos “saber” e “supor” são transitivos diretos.

1. Só em 2008, os chineses mandaram 180 mil estudantes para as melhores
2. universidades do mundo, volume que se mantém ano a ano. O Brasil apenas iniciou o
3. Programa Ciência Sem Fronteira, que pretende enviar 110 mil estudantes para outros
4. países nos próximos anos.

(Editorial, *O Estado de S. Paulo*, 19/7/2012 – com adaptações)

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

03. (Técnico Judiciário/Área: Apoio Especializado/Especialidade: Programação de Sistemas/TRE/RJ/2012) Em “volume que se mantém” (ℓ.2), o elemento sublinhado indica sujeito indeterminado.

Item errado – Em “volume que se mantém”, o elemento sublinhado é pronome apassivador – indica que o verbo está na voz passiva sintética. Observemos que o verbo apresenta sujeito exposto – o pronome relativo “que”, referente ao substantivo “volume” (volume que se mantém = volume que é mantido).

1. A rigor, não há grande diferença entre o emprego dessas duas palavras na
2. psicanálise e no materialismo histórico. Em Freud, o fetiche organiza a gestão perversa
3. do desejo sexual e, de forma menos evidente, de todo desejo humano; já a alienação não
4. passa de efeito da divisão do sujeito, ou seja, da existência do inconsciente.

(Maria Rita Kehl. *18 crônicas e mais algumas*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 142 – com adaptações)

Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima e a seus aspectos gramaticais, julgue o item subsequente.

01. (Agente de Polícia Federal/DPF/2012) Com correção gramatical, o período “A rigor (...) histórico” (ℓ.1-2) poderia, sem se contrariar a ideia original do texto, ser assim reescrito: *Caso se proceda com rigor, a análise desses conceitos, verifica-se que não existe diferenças entre eles.*

Item errado – A reescritura sugerida apresenta erros gramaticais, como veremos a seguir.

O adjunto adverbial deslocado “com rigor” deveria ser separado por duas vírgulas, ou, como é de pequena extensão, sem nenhuma vírgula. Deveria haver crase em “a análise desses conceitos”, visto que o verbo exige preposição “a”, que se deve contrair com o artigo feminino que antecede o substantivo “análise” (correlação com palavra masculina: *se proceda, com rigor, à análise desses conceitos* > *se proceda com rigor, ao exame desses conceitos*). O sujeito do verbo “existir” é “diferenças”, razão pela qual o verbo deveria ir para o plural.

Correção: Caso se proceda, com rigor, à análise desses conceitos, verifica-se que não existem diferenças entre eles.

Observação: A forma verbal “proceda” está correta, pois o verbo é transitivo indireto, seguido do índice de indeterminação do sujeito “se”. De igual modo está correta a forma verbal “verifica”, já que o sujeito é oracional (*verifica-se* que não existem diferenças entre eles = é verificado que não existem diferenças entre eles; ordem direta). Notemos que o verbo está na voz passiva sintética (*verifica-se* que não *existem* diferenças entre eles).

SÉRIE CONCURSOS

A fim de viabilizar essa tarefa, a obra é organizada por assuntos, de acordo com o programa geral de Língua Portuguesa exigido. Dentre eles, destacamos: Interpretação e tipologia textual; Coesão e Coerência; Regência e Uso da Crase; Conjunções e Orações; Análise Sintática; Semântica e Pontuação.

Este livro contém 39 provas, 25 delas do período de 2008 a 2012, escolhidas para cobrir todo o conteúdo cobrado em concursos e com graus de dificuldade diferenciados. No total, são 817 questões comentadas exaustivamente pelo autor. Além disso, nos comentários é apresentada a teoria necessária para a compreensão dos tópicos solicitados nos editais, facilitando o aprendizado de quem almeja a tão sonhada vaga no Serviço Público.



Ferreira